



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

PARECER

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria: Projeto de Lei nº 122/2025.

Data: 08 de outubro de 2025.

Autoria: Poder Legislativo.

Súmula: "ALTERA A DENOMINAÇÃO DA RUA LUIZ CHAGAS, LOCALIZADA NO JARDIM GUARANI, NESTE MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, PARA SOLDADO LUIZ CHAGAS".

RELATÓRIO

O presente relatório diz respeito ao Projeto de Lei nº 122/2025, de autoria do Vereador Leandro Chrestani, que propõe a alteração da denominação da Rua Luiz Chagas, no Jardim Guarani, para "Soldado Luiz Chagas".

A proposição foi protocolada em 11 de novembro de 2025 e, seguindo as diretrizes do art. 3º da Portaria 113/2023 e do art. 118 do Regimento Interno, foi submetida à instrução no Departamento Legislativo. O objetivo desta análise preliminar é abordar os aspectos de técnica e redação e sugerir as Comissões competentes.

Conforme a justificativa apresentada pelo autor, o objetivo é alterar a lei existente para incluir a nomenclatura "Soldado" à denominação da via, realizando uma justa e merecida homenagem.

Concluída a instrução, o Projeto de Lei segue para deliberação. Desta forma, e em conformidade com o art. 42, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, a proposição foi encaminhada à Comissão de Justiça e Redação para a emissão do parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade.

É o relatório.

PARECER DA COMISSÃO SOBRE O DE PROJETO DE LEI Nº 122/2025

Da Competência

APROVADO
Sala das Sessões 08 / dezembro / 2025

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

Nos termos do art. 42, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Largo, compete a esta Comissão manifestar-se quanto aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos e de técnica legislativa da proposição.

Da Análise Jurídica e Técnica

O Projeto de Lei do Legislativo nº 122/2025, que visa alterar a denominação de uma via pública (nomenclatura urbana), tem sua iniciativa corretamente atribuída ao Poder Legislativo e versa sobre tema de interesse estritamente local, conforme o art. 30, inciso I, da Constituição Federal.

A proposição está redigida de forma clara e objetiva, em conformidade com as normas da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis.

O conteúdo da proposta, que busca realizar homenagem e organizar a nomenclatura urbana, não apresenta vícios de inconstitucionalidade, ilegalidade formal ou material que impeçam seu prosseguimento.

Conclusão

Diante do exposto, a Comissão de Justiça e Redação opina pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 122/2025, por estar em conformidade com os princípios constitucionais, legais e de técnica legislativa.

É o parecer.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

A Comissão competente, em reunião ordinária realizada no dia 03 de dezembro de 2025, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Lei nº 122/2025.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO


ANDRÉ GABARDO
Presidente


VICTOR BINI
Relator


POLACO PRETO
Membro